



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

MINUTA

CONTRATO N.º. ____/2018

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM O TRIBUNAL
REGIONAL DO TRABALHO DA
SÉTIMA REGIÃO E**

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SÉTIMA REGIÃO**, com sede na Av. Santos Dumont n.º. 3.384, nesta capital, inscrito no CNPJ sob o n.º. 03.235.270/0001-70, neste ato representado por sua Diretora-Geral, **MARIA EVELINE FERNANDES BARRETO**, portadora do CPF n.º. 293.562.883-72, RG n.º. 90003031352 - SSP-CE, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º. _____, sediada na _____, Bairro _____, CEP _____, neste ato representado por _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º. _____ - SSP/____ e CPF n.º. _____, adiante denominada **CONTRATADA**, RESOLVEM firmar o presente negócio jurídico, com fundamento na Lei n.º 10.520/2002, nos Decretos n.º 3.555/2000 e 5.450/2005 e na Lei n.º 8.666/93 e alterações subsequentes, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, tendo em vista a realização de certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, sob o n.º. ____/2018 e no que consta do Processo Administrativo Eletrônico (PROAD) n.º **1803/2018**, e condições constantes das cláusulas seguintes, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O Objeto da presente avença consiste na contratação de empresa em Fortaleza ou região metropolitana para operar como agente de integração de estudantes junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, com vistas à prestação de estágio, de acordo com o Ato 94/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CONTRATO

2.1 São partes integrantes deste instrumento de Contrato, como se aqui estivessem integralmente transcritos, os seguintes documentos:

a) Edital do Pregão Eletrônico n.º. ____/2018 e seus anexos;

b) Proposta apresentada pela CONTRATADA.

2.1.1 Considera-se expressamente revogado o contido na Proposta apresentada pela CONTRATADA, que disponha em contrário ao estabelecido neste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1 Contratação dos serviços de agenciamento junto às instituições de ensino sediadas no território nacional, de estudantes regularmente matriculados em cursos de educação superior e médio de instituições de ensino público ou privado, para preenchimento de bolsas de estágio concedidas pela CONTRATANTE, conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Quantidade máxima a contratar
1	Serviço de agenciamento de vaga de estágio Nível Superior	400
2	Serviço de agenciamento de vaga de estágio Nível Médio	100

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.1 A CONTRATADA deverá recrutar e pré-selecionar estudantes de acordo com as áreas de interesse do CONTRATANTE, preparar toda a documentação legal referente ao estágio, administrar os contratos de estágio e efetuar o pagamento do seguro contra acidentes aos estagiários.

4.2 As atividades do estágio serão realizadas em qualquer uma das dependências da CONTRATANTE, inclusive nas Varas do interior, em setores cujos serviços guardem estrita correlação com as respectivas áreas de formação profissional.

CLÁUSULA QUINTA – OUTRAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

5.1. O estágio deverá ter caráter de complementação educacional e aprendizagem profissional, não acarretando, todavia, qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

5.2. O estágio se destina a estudantes matriculados, com frequência regular, em cursos de educação superior e ensino médio de instituições de ensino público ou privado.

5.3. Fica assegurado às pessoas com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas ofertadas pelo CONTRATANTE (art. 17, § 5º, da Lei nº 11.788/2008).

5.4. O estagiário deverá cumprir jornada máxima de 20 (vinte) horas semanais, limitada a 06 (seis) horas diárias, distribuídas nos horários de funcionamento do setor de estágio e compatível com o horário escolar, conforme Lei 11.788/2008, art. 10, II.

5.5. O estágio terá duração máxima de 02 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência, conforme Lei 11.788/2008, art. 11.

5.6. Os valores pagos a título de bolsa e auxílio-transporte serão fixados em ato próprio do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1 O serviço será prestado de acordo com a demanda das diversas Unidades do CONTRATANTE, respeitados os limites máximos de contratações previstos no item **3.1** da **CLÁUSULA TERCEIRA** deste Termo.

6.2 A CONTRATADA deverá recrutar, pré-selecionar e encaminhar ao CONTRATANTE os estudantes, candidatos a estágio, considerados aptos a estagiar de acordo com as áreas de interesse do CONTRATANTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da ordem de serviço emitida pela Seção de Recrutamento e Seleção da Divisão de Desenvolvimento de Pessoas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL, HORÁRIO E DIAS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 Os serviços deverão ser executados nos horários compreendidos entre as 08:00 hs e 17:00 hs, em dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA – DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1 Os serviços serão recebidos:

a) Provisoriamente, pelo fiscal que acompanhou a execução do contrato, com base no que foi observado ao longo do acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, condicionado ao recebimento da fatura/nota fiscal;

b) Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias a contar do recebimento provisório, com base na verificação do trabalho feito pelo fiscal e na verificação de todos os outros aspectos do contrato que não a execução do objeto propriamente dita, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, observado o disposto no art. 69 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Antes do início da execução contratual, designar formalmente (mediante comunicação escrita) **preposto responsável** por representar a contratada durante esse período;

9.2 Efetuar os serviços observando as condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

9.3 Reparar, corrigir, renomear, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, o objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

9.4 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

9.5 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem o prazo estipulado, os motivos que impossibilitem o cumprimento do mesmo, com a devida comprovação;

9.6 Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;

9.7 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

9.8 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação;

9.9 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, **nem subcontratar** qualquer das prestações a que está obrigada;

9.10 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

9.11 Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos limites estabelecidos no artigo 65 § 1º na Lei 8.666/93.

9.12 Iniciar a prestação dos serviços contratados em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente;

9.13 Manter convênios ou outro instrumento jurídico com as instituições de ensino, contendo as condições exigidas para a caracterização e definição do estágio de seus alunos;

9.14 Promover o ajuste das condições de estágio definidas pelas instituições de ensino com as disponibilidades do CONTRATANTE, indicando as principais atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários, observando sua compatibilidade com programas e currículos escolares e com as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 e alterações posteriores e da Lei nº 11.788/08;

9.15 Recrutar, pré-selecionar e encaminhar ao CONTRATANTE os estudantes, candidatos a estágio, considerados aptos a estagiar de acordo com as áreas de interesse do CONTRATANTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço;

9.16 Preparar toda a documentação legal referente ao estágio, incluindo, ACORDO DE COOPERAÇÃO entre a instituição de ensino e a CONTRATADA e TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO a ser assinado pelo CONTRATANTE, pela instituição de ensino e pelo estagiário, com observância às exigências contidas nas normas legais e regulamentares pertinentes;

9.17 Fazer seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário, comprovado mediante apresentação ao CONTRATANTE da Apólice de Seguro respectiva;

9.18 Arcar, integralmente, com a despesa decorrente do seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário;

9.19 Acompanhar a realização do estágio junto ao CONTRATANTE, disponibilizando às respectivas instituições de ensino as informações pertinentes;

9.20 Manter o CONTRATANTE informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal do contrato a que se refere este termo, comunicando qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços contratados e prestar esclarecimentos necessários;

9.21 Comunicar por escrito a conclusão ou interrupção do curso realizado pelo estagiário na instituição de ensino, sempre que informado pela respectiva instituição, para posterior rescisão do Termo de Compromisso de Estágio;

9.22 Providenciar o desligamento e substituição do estagiário, sempre que necessário;

9.23 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a

que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1** Receber provisoriamente e definitivamente o objeto da contratação;
- 10.2** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.3** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- 10.4** Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos neste termo;
- 10.5** Informar à CONTRATADA as oportunidades de estágio, receber os estudantes pré-selecionados e coordenar a seleção destes, através da Seção de Recrutamento e Seleção da Divisão de Desenvolvimento de Pessoas;
- 10.6** Encaminhar à CONTRATADA as informações acerca dos nomes dos aprovados para o estágio, a data do início do estágio, horário, duração e valor da bolsa de estágio;
- 10.7** Solicitar à CONTRATADA, por escrito ou meio eletrônico, a substituição de estagiários quando ocorrer o desligamento dos mesmos;
- 10.8** Solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, documentos comprobatórios da regularidade da situação escolar do estagiário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 A gestão e a fiscalização do contrato caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais destes, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

11.1.1 A CONTRATANTE poderá designar outro gestor/fiscal, quando conveniente, mediante Portaria, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à CONTRATADA, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima previstas, caberá ao Gestor/Fiscal do Contrato comunicar à CONTRATADA da sua designação.

11.3 Os gestores e fiscais designados exercerão, de forma segregada, as atribuições previstas na **Resolução TRT7 nº. 200/2014**, e tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

11.4 As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à Unidade competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

11.5 A gestão e a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

11.6 As informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA poderão ser prestados através dos telefones (85) 3388-9294 ou 9239.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais, se praticar alguma das seguintes ações:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) deixar de entregar documentação exigida no contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa;
- g) cometer fraude fiscal.

12.2 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no percentual de **0,2% (dois décimos por cento)** ao dia, calculada sobre o valor do serviço prestado intempestivamente;

12.3 Se o atraso de que trata o item supra ultrapassar o prazo de 5 (cinco) dias corridos, a Administração poderá entender pela inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

12.4 Além das sanções previstas nos itens supra, a CONTRATADA poderá incorrer nas seguintes sanções:

a) Advertência;

b) multa, no percentual de **10 % (dez por cento)**, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de inexecução parcial do contrato por culpa da CONTRATADA;

c) multa, no percentual de **10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total do contrato;

d) multa, no percentual de **5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor do contrato, para os demais casos de descumprimento contratual.

12.5 A aplicação de sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de *e-mail*.

12.6 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e será descontada da respectiva Nota Fiscal.

12.7 As penalidades decorrentes dos itens acima serão, obrigatoriamente, registradas, no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DO REAJUSTE

13.1 Dá-se a este contrato o **VALOR ANUAL ESTIMADO** de R\$......,.... (.....), conforme Tabela abaixo.

Item	Especificação	Quantidade máxima a contratar	Valor Unitário da Taxa (R\$)	Valor Total da Taxa (R\$)
1	Serviço de agenciamento de vaga de estágio - Nível Superior	400		
2	Serviço de agenciamento de vaga de estágio - Nível Médio	100		
VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO (R\$)				
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO (R\$)				

13.2 No preço estão inclusos todos os impostos e demais encargos/despesas necessários ao atendimento do objeto desta licitação, **bem como o seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário.**

13.3 Extrapolado o período de 12 (doze) meses, contados da data limite da apresentação da proposta, poderá este Contrato sofrer reajuste, tendo por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – **IPCA/IBGE, mediante prévio e expresse requerimento da CONTRATADA e verificadas as condições de mercado.** Na hipótese de suspensão, extinção e/ou vedação do uso do índice de atualização do preço deste Contrato, fica desde já eleito o índice que oficialmente vier a substituí-lo, ou o que melhor reflita a variação dos custos do período, acordado entre as partes como índice substitutivo a vigorar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO:

14.1 O pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, em até **5 (cinco) dias úteis** contados do recebimento definitivo, devidamente atestado pelo Fiscal do Contrato, ocasião em que o CONTRATANTE verificará a regularidade com a **Fazenda Federal** (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), com a **Fazenda Municipal**, com a Seguridade Social (**INSS**) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), bem como a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).

14.1.1 O valor do pagamento mensal a ser repassado pelo CONTRATANTE à CONTRATADA será calculado multiplicando-se a quantidade de estagiários ativos, constantes da folha de pagamento do mês anterior, pelo valor da taxa unitária contratada (Contribuição Institucional). **Dessa forma, embora o contrato seja firmado para uma quantidade máxima de 400 (quatrocentos) estagiários de nível superior e 100 (cem) estagiários de nível médio, totalizando 500 (quinhentos) estagiários, somente serão levadas em consideração para efeito de pagamento à CONTRATADA as vagas efetivamente ocupadas pelo CONTRATANTE e constantes da folha de pagamento mensal do CONTRATANTE.**

14.2 A comprovação da regularidade fiscal poderá ser obtida por este órgão através de consulta ao **SICAF** ou aos sítios em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar as informações respectivas.

14.3. A CONTRATADA deverá indicar, no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta de titularidade da CONTRATADA onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

14.4 Caso seja constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas à CONTRATADA, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua

reapresentação.

14.5 Considera-se como efetivo pagamento o dia da entrega da ordem bancária na respectiva unidade bancária.

14.6 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de **0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano**, mediante aplicação das seguintes fórmulas, na forma da **L.N. nº 05/2017**, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da rubrica **39039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**, constante da Atividade **15.108.02.122.0571.4256.0023 - APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO**. **Nota de Empenho nº _____**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

16.1 Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO

18.1 O CONTRATANTE poderá considerar rescindido o presente Contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA o direito a qualquer indenização, nos casos e formas fixados nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

18.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Procedimento Administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.3 - A rescisão de que trata o item **18.1**, exceto quando se tratar de caso fortuito, força maior ou razões de interesse público, acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

19.1 O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

19.2 Qualquer modificação ou alteração no presente Contrato será formalizada mediante termo aditivo, objetivando atender aos interesses das partes e ao objeto deste

CONTRATANTE